XI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA E
XXIX Semana de Iniciação Científica
Ciência, Inovação e Transformação Social no Semiárido
23 a 27 de Novembro de 2026
URCA-Universidade Regional do Cariri
PRPGP- Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

QUEM PROTEGE E QUEM É PROTEGIDO? LETALIDADE E RACISMO ESTRUTURAL NAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA NO CEARÁ

Amanda Beatriz da Silva[1], Georgia Oliveira Araújo[2]

A violência presente nas ações de segurança pública e privada representa um grande obstáculo para assegurar a proteção da vida e dos direitos fundamentais no Brasil. No Ceará, os dados de mortes resultantes de ações do Estado mostram que a população negra está entre as principais vítimas, o que levanta questionamentos sobre a relação entre racismo estrutural e as formas de atuação das instituições de segurança. Em 2025, o Ceará registrou 200 óbitos causados por intervenções policiais no Estado. Do total de mortes, 115 pessoas tiveram a sua cor de pele omitida nos relatórios policiais, representando 57,5% do total. Já entre as 85 pessoas cujas cores foram declaradas, 74 eram da cor negra, totalizando 87,1%, segundo levantamento da Rede de Observatórios da Segurança. Diante desse cenário, este estudo busca analisar a ligação entre o racismo estrutural, letalidade e as práticas de segurança no Ceará, abordando tanto a atuação da polícia estatal quanto o papel da segurança privada. A metodologia adotada é qualitativa e exploratória, com base em pesquisa bibliográfica e documental. O estudo se baseia em teorias da criminologia crítica, do racismo estrutural e da necropolítica, além de analisar dados estatísticos públicos e notícias locais. Também será analisada a regulamentação da segurança privada sob a ótica do Estatuto da Segurança Privada, que estabelece o respeito à dignidade e à diversidade humana como princípios fundamentais. Como exemplo no setor privado, é analisado o ocorrido na ExpoIguatu em setembro de 2026, quando o jovem negro Herbert Douglas Oliveira da Silva, de 23 anos, morreu após agressões físicas durante uma confusão generalizada envolvendo seguranças privados e o público do evento. Os resultados apontam que a lógica da seletividade, do perfilamento racial e da brutalidade não se limita às ações da polícia estatal, mas também se manifesta nos serviços de vigilância privada. Essa continuidade leva à normalização da violência, ao uso excessivo da força e à dificuldade em responsabilizar os envolvidos. Conclui-se que a discussão sobre segurança no Ceará requer a problematização das linhas que separam a

[1]Graduanda em Direito pela Universidade Regional do Cariri. Integrante do Grupo de Pesquisa em Criminologias Críticas e Sociologia da Violência - SOCIOCRIM. Estagiária de Direito.

[2]Professora do curso de Direito da Universidade Regional do Cariri. Doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília. Mestra e graduada em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora do projeto "Antes que Aconteça", parceria da Universidade de Brasília com o Ministério da Justiça. Coordenadora do Observatório de Feminicídios do Ceará e do Grupo de Pesquisa em Criminologias Críticas e Sociologia da
Violência (SOCIOCRIM).

proteção de bens do controle ostensivo sobre corpos negros, ressaltando a necessidade urgente de mecanismos de fiscalização eficazes, treinamento racial obrigatório e responsabilização ética e legal consistente de órgãos públicos e empresas de segurança privada.

Palavras-chave: Racismo estrutural; Letalidade Policial; Segurança pública; Segurança privada; Segurança no Ceará.